



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



**EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO  
AMPLA PARTICIPAÇÃO**

**PROCESSO Nº: 0033361**

**CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 005/2026**

Regido pela lei nº 14.133/21, Lei complementar nº 123/06, Decreto nº. 6.956/2023, que dispõe sobre a regulamentação da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente edital.

**OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, POR MEIO DE PLANTÕES EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E/OU PLANTÕES MÉDICOS A DISTÂNCIA (SOBREAVISO), A SEREM REALIZADOS NA UNIDADE MISTA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, DE FORMA COMPLEMENTAR À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DO SUS.**

**INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/FMS**

**CADASTRO DO REQUERIMENTO E DOCUMENTAÇÃO A PARTIR DAS 08H00MIN DO DIA 02 DE MARÇO DE 2026, NA PLATAFORMA DE LICITAÇÕES [WWW.LICITANET.COM.BR](http://WWW.LICITANET.COM.BR).**

**LIMITE PARA CADASTRO DO REQUERIMENTO E DOCUMENTAÇÃO: 01 DE MARÇO DE 2027.**

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

**LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:** Plataforma de licitações: <https://licitanet.com.br>

**ATO DE DESIGNAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO: DECRETO Nº 7.580/2025**

**VALOR ESTIMADO GLOBAL DE CONTRATAÇÃO: R\$ 2.185.599,20 (dois milhões cento e oitenta e cinco mil quinhentos e noventa e nove reais e vinte centavos).**

**ESCLARECIMENTOS:**

Diretamente pela plataforma de licitações – Plataforma de licitações <https://licitanet.com.br> ou através do e-mail [licita2@fronteira.mg.gov.br](mailto:licita2@fronteira.mg.gov.br).

**HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:** 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min.

O Credenciamento Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio de sistema eletrônico que promova a comunicação via Internet, mediante condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos da criptografia e autenticação em todas as suas fases, através do site: <https://licitanet.com.br>.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



No dia, hora e local indicado e de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

Na contagem de todos os prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias úteis, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Ocorrendo à decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, todas as datas constantes deste Edital serão transferidas, automaticamente, para o primeiro dia útil, ou de expediente normal, subsequente ao ora fixado.

Não será aceito protocolo de solicitação de expedição de documentos e certidões, para entrega em substituição aos documentos requeridos para a habilitação no presente Edital.

Será comunicado, via Internet através de mensagens, e pelos meios de divulgação inicial, qualquer alteração no edital que importe em modificação de seus termos, que venha a ocorrer nele ou em seus anexos.

Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital, excetuadas as permissões legais.

Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico da Plataforma de licitações <https://licitanet.com.br>, bem como, no site da Prefeitura Municipal de Fronteira em [www.fronteira.mg.gov.br](http://www.fronteira.mg.gov.br).

A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



## **EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO**

**Processo nº: 0033361**

**Credenciamento Eletrônico nº 005/2026**

**Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, POR MEIO DE PLANTÕES EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E/OU PLANTÕES MÉDICOS A DISTÂNCIA (SOBREAVISO), A SEREM REALIZADOS NA UNIDADE MISTA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, DE FORMA COMPLEMENTAR À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DO SUS.**

### **ÍNDICE**

- 1. PREÂMBULO**
- 2. ESCLARECIMENTOS**
- 3. OBJETO DO CREDENCIAMENTO**
- 4. CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO**
- 5. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DO CREDENCIAMENTO**
- 6. MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR**
- 7. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**
- 8. JULGAMENTO**
- 9. ADESÃO AO CREDENCIAMENTO**
- 10 . ESCOLHA DOS FORNECEDORES:**
- 11. EXECUÇÃO DO OBJETO**
- 12. OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE**
- 13. OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA**
- 14. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**
- 15. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO**
- 16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 17. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES DO EDITAL**
- 18. DOS RECURSOS**
- 19. GARANTIA DE EXECUÇÃO**
- 20. REAJUSTAMENTO:**
- 21. INFRAÇÕES**
- 22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 23. DISPOSIÇÕES GERAIS**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



## **EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO**

**PROCESSO Nº: 0033361**

**CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 005/2026**

### **1. PREÂMBULO**

1.1. O Município de Fronteira/MG; através da Secretária Municipal de Saúde/FMS, em conformidade com os artigos 74, inciso IV e 79, inciso I, todos da Lei nº 14.133/21 e art. 75 do Decreto Municipal nº 6.956/2023, TORNA PÚBLICO que fará realizar CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO exclusivamente pela Plataforma LICITANET, conforme datas abaixo:

Data de início do recebimento do requerimento e documentação: 02/03/2026;

Data limite para recebimento do requerimento e documentação: 01/03/2027;

Exclusivamente via Plataforma Licitanet.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo Sr. MÁRCIO ANTONIO FERREIRA, Agente de Contratação e pela Equipe de Apoio, integrada por Lusandra Rodrigues das Neves Barboza e Rosa Elaine de Paula Ribeiro, devidamente designados através do Decreto Municipal nº 7.580/2025, anexado aos autos do procedimento de contratação.

1.3. O Edital e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Fronteira/MG; através do endereço eletrônico [www.frenteira.mg.gov.br](http://www.frenteira.mg.gov.br) e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Fronteira, em dias e horários de expediente (08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min), a partir da data de sua publicação.

1.4. Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste Edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos interessados no endereço eletrônico da Plataforma de licitações LICITANET, através do endereço eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), bem como, no site da Prefeitura Municipal de Fronteira em [www.frenteira.mg.gov.br](http://www.frenteira.mg.gov.br).

1.5. A Administração não se responsabilizará caso o interessado não acesse o site oficial do Município, consequentemente desconhecendo o teor dos Avisos publicados.

### **2. ESCLARECIMENTOS:**

2.1. Qualquer esclarecimento referente ao presente Edital pode ser obtido:

- Plataforma de licitações <https://licitanet.com.br>
- e-mail : [licita2@frenteira.mg.gov.br](mailto:licita2@frenteira.mg.gov.br)
- Telefones: 34-3199-9990
- Site para consultar ao Edital: [www.frenteira.mg.gov.br](http://www.frenteira.mg.gov.br)

### **3. OBJETO DO CREDENCIAMENTO:**

3.1. Constitui objeto do presente procedimento administrativo o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, POR MEIO DE PLANTÕES EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E/OU PLANTÕES MÉDICOS A DISTÂNCIA (SOBREAVISO), A SEREM REALIZADOS NA UNIDADE MISTA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, DE FORMA COMPLEMENTAR À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DO SUS.**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



3.2. O presente credenciamento tem como objetivo, garantir a assistência em situações de urgência e emergência, bem como o acompanhamento médico necessário para o deslocamento de pacientes até hospitais de referência, sempre que houver necessidade. Visa ainda assegurar o acesso universal e igualitário às ações serviços de saúde, conforme preceitua o artigo 196 da Constituição Federal e os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo atendimento integral e contínuo à população, conforme disposto na Lei nº 8.080/1990.

3.3. O quantitativo estimado será distribuído entre as empresas credenciadas, de acordo com a quantidade prevista no Termo de Referência;

3.4. O credenciamento realizado não importará necessariamente em contratação, podendo o Município revogá-lo, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado publicado no órgão oficial de publicações do Município, para conhecimento dos participantes.

3.5. O credenciamento poderá ser realizado para contratação imediata dos serviços ou somente para formalizar relação para futura execução, mediante solicitação do Município.

3.6. A Credenciada que prestar os serviços sem autorização expressa da Secretaria Municipal de Saúde, não receberá pelos serviços.

3.7. É vedada a subcontratação ou transferência total ou parcial dos serviços que compõem o objeto do termo de credenciamento.

### **4. CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO:**

4.1. Poderão participar do presente credenciamento todas as pessoas jurídicas, do ramo pertinente ao objeto deste credenciamento, que satisfaçam as exigências fixadas neste edital e apresente os documentos nele exigidos.

**4.2. Todas as empresas que atendam o disposto no caput deste item e até às 00h00min do dia 01 DE MARÇO DE 2027, cadastrem o REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO (anexo III) e os documentos de habilitação, na forma prevista neste Edital, junto ao SISTEMA DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO (LICITAÇÕES) DA LICITANET – [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).**

4.3. A participação no Credenciamento Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente cadastramento do requerimento e documentação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

4.4. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida pelo número (34) 2512-6500 – Opção 2; (34) – 3014 – 6633, e-mail: [comercial@licitanet.com.br](mailto:comercial@licitanet.com.br).

4.5. Caso a proponente envie a solicitação para intenção do credenciamento com a falta de algum dos documentos solicitados por meio deste edital, a mesma será declarada inabilitada.

4.5.1. Ocorrendo a hipótese prevista no item 4.5, a empresa interessada poderá, se for de seu interesse, complementar a documentação de habilitação junto a Plataforma LICITANET.

4.6. Desde que atendido aos requisitos mínimos deste edital a proponente será CREDENCIADA sendo a comunicação realizada pela Plataforma LICITANET.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



**4.7. SUBCONTRATAÇÃO:** É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, exceto na hipótese de serviço secundário que não integre a essência do objeto, desde que expressamente autorizada pelo credenciante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade das Empresas Credenciadas.

**5. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DO CREDENCIAMENTO:**

5.1. Empresas com falência decretada ou concordata, salvo se em recuperação judicial e neste caso, mediante apresentação do plano de recuperação concedido ou homologado judicialmente (TCU, Acórdão 1201, de 13/05/2020-Plenário e Acórdão 2265, de 22/08/2020-Plenário).

5.2. Pessoa Jurídica suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com a Prefeitura Municipal de Fronteira, durante o prazo da sanção aplicada.

5.3. Pessoa Jurídica declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.

5.4. Pessoa Jurídica impedida de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Fronteira, durante o prazo da sanção aplicada.

5.5. Pessoa Jurídica proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998.

5.6. Pessoa Jurídica proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992.

5.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

5.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

5.9. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

5.10. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, da Lei n.º 14.155/2021;

5.10.1. Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º §1º, da Lei n.º 14.155/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

5.11. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.

5.12. Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



5.13. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

5.14. Empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade dos serviços a serem adquiridos, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de executar os serviços de forma independente.

5.15. A observância das vedações supra é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

#### **6. MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR.**

6.1. Os interessados deverão encaminhar, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica LICITANET, o **REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO - (Anexo III)** e os documentos de habilitação, com a indicação de sua intenção de se credenciar para a prestação de serviços na realização de consultas de neuropediatria.

6.2. Todas as especificações do objeto vinculam o interessado.

6.3. No valor da contratação estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. A apresentação do requerimento para credenciamento – Anexo III com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, assumindo a CREDENCIADA o compromisso de fornecer o objeto nos seus termos.

6.5. O interessado organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.5.1. A falsidade da declaração de que trata o item 6.5 sujeitará o interessado às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

#### **7. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:**

7.1. As empresas interessadas em se credenciar deverão apresentar toda a documentação abaixo especificada, com data de validade vigente, anexa ao **REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO – ANEXO III**.

##### **7.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

7.2.1. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e deverá ser comprovada com a apresentação dos documentos abaixo relacionados, conforme o caso:

7.2.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;

7.2.1.2. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual;

7.2.1.3. Requerimento de Empresário Individual;

7.2.1.4. Outros documentos não mencionados anteriormente.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



7.2.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **7.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

7.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

7.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, **pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual**;

7.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/207;

7.3.4. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;

7.3.5. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

7.3.6. Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

7.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva com efeito de negativa quanto aos Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

7.3.8. Declaração referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal – Anexo II;

### **7.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

7.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em data não anterior a 90 (noventa) dias do certame, se outro prazo não constar do documento. No caso de sociedade(s) civil(s), deverá ser apresentada a certidão negativa de distribuição de processos civis, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. No caso de certidão positiva, a licitante deverá juntar certidão de objeto e pé, esclarecendo o posicionamento da(s) ação(ões);

### **7.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

7.5.1. Registro ativo no Conselho Regional de Medicina.

7.5.2. Comprovação de especialização em Emergência e/ou Terapia Intensiva ou, alternativamente, comprovação de conclusão dos cursos Advanced Trauma Life Support (ATLS), Advanced Cardiovascular Life Support (ACLS) ou de qualquer outra especialização.

### **7.6. DEMAIS DECLARAÇÕES**

7.6.1. O licitante obriga-se a declarar sob as penalidades legais, podendo ser mediante os modelos em anexo, ou pelo modelo do sistema LICITANET:





**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



7.6.1.1. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas – Anexo IV.

7.6.1.2. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas – Anexo V.

### **7.7. DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO**

7.7.1. As certidões que não tenham o prazo de validade expresse no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão;

7.7.2. Após o encerramento do prazo para envio dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: (Lei 14.133/21, art. 74, e IN 73/2022, art. 39, §4º);

7.7.2.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.7.2.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

### **8. JULGAMENTO**

8.1. O órgão CREDENCIANTE decidirá sobre o requerimento de credenciamento no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da data de envio.

8.2. Todos os interessados que preencherem os requisitos estabelecidos no Edital terão seus requerimentos de credenciamento aprovados pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio.

8.2. Após aprovação do credenciamento, os requerimentos serão submetidos à Autorização da autoridade superior.

### **9. ADESÃO AO CREDENCIAMENTO**

9.1. Assinado o termo de adesão ao credenciamento e durante o período de sua vigência, a contratação da CREDENCIADA responsável pela prestação dos serviços de plantões médicos, ocorrerá mediante emissão de nota de empenho, desde que mantidas as condições exigidas na etapa de credenciamento, conforme condições dispostas do Termo de Referência.

9.2. O prazo do Credenciamento contará a partir das assinaturas do Termo de Adesão, findando em 01 DE MARÇO DE 2027, independente do seu início.

### **10 . ESCOLHA DOS FORNECEDORES:**

10.1. A contratação dos serviços médicos será realizada por meio de credenciamento, assegurando condições igualitárias a todos os interessados. O preço a ser pago será único para todos os prestadores credenciados, mantendo a padronização e a equidade na execução dos serviços.

10.2. O agendamento dos atendimentos será distribuído entre as empresas credenciadas, considerando a ordem cronológica de credenciamento para definir a sequência inicial de convocação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



10.3. Após o início da prestação dos serviços, será adotado um sistema de rodízio entre as empresas credenciadas, respeitando-se a ordem definida no item anterior.

10.4. Caso a empresa convocada para prestar o serviço recuse a solicitação, por qualquer motivo, será acionada a próxima credenciada na ordem estabelecida.

10.5. Se todas as credenciadas recusarem a prestação do serviço, o rodízio será reiniciado, convocando-as novamente na sequência definida.

10.6. Após a conclusão do rodízio, será iniciado um novo ciclo, retomando-se a convocação a partir da primeira empresa credenciada.

10.7. Garantia de Equidade e Eficiência:

10.7.1. Esse sistema de rodízio garante equidade na distribuição das demandas, evita favorecimentos e assegura um atendimento, garantindo o cumprimento dos princípios de economicidade, impessoalidade e eficiência administrativa.

## **11. EXECUÇÃO DO OBJETO:**

11.1. Os plantões serão realizados na Unidade Mista de Saúde de Fronteira/MG, com duração de 12 horas. O médico deverá permanecer na unidade durante todo o período, exceto no intervalo de uma hora para refeições, conforme escala estabelecida.

11.2. A troca de plantão ocorrerá às 07h e 19h, devendo ser feita entre médicos para garantir a continuidade do atendimento e a transmissão das informações dos pacientes. Trocas fora da escala são responsabilidade do plantonista titular.

11.3. Faltas devem ser comunicadas ao gestor do contrato com, no mínimo, 24 horas de antecedência.

11.4. Toda transferência de paciente deverá ser solicitada e registrada conforme protocolos específicos, e as vagas sus mediante via SusFácil.

11.5. O atendimento seguirá a escala definida pelo Diretor Clínico, conforme credenciamento e demanda da unidade. Caso haja mais médicos credenciados do que o necessário, o gestor do contrato organizará a escala.

11.6. A escala mensal será elaborada previamente pelo Diretor Clínico, assinada pelos plantonistas, sendo de sua inteira responsabilidade o cumprimento dos plantões assumidos.

11.7. O contratado deverá atender todos os usuários do SUS com dignidade, respeito e igualdade, garantindo a confidencialidade dos dados e assumindo responsabilidade por eventuais danos causados.

11.8. É proibida a utilização de pacientes para fins experimentais.

11.9. O credenciado não poderá cobrar do paciente ou acompanhante qualquer valor adicional pelos serviços prestados.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



11.10. O contratado prestará atendimento de urgência e emergência a pacientes adultos e pediátricos, priorizando aqueles identificados pela triagem da equipe de enfermagem, de acordo com a Classificação de Manchester.

11.11. O contratado realizará consultas, exames clínicos, interpretação de resultados, diagnósticos e prescrições, aplicando recursos da medicina preventiva e curativa para promoção da saúde.

11.12. Quando necessário, encaminhará pacientes de risco para unidades de maior complexidade, mantendo contato com a Central de Regulação Médica - SUS Fácil.

11.13. O contratado garantirá a continuidade da assistência médica até a recepção do paciente por outro profissional, inclusive no transporte intermunicipal ou regional.

11.14. Deverá manter registros adequados de todos os atendimentos, preenchendo fichas, prontuários e demais documentos exigidos.

11.15. O contratado deverá zelar pela organização e conservação de materiais, equipamentos e locais de trabalho, além de apoiar atendimentos em eventos externos de grande porte.

11.16. Participará das reuniões técnico-científicas quando convocado e obedecerá ao Código de Ética Médica.

11.17. Executará outras atividades correlatas à sua área de atuação, conforme necessidade da unidade.

11.18. O médico credenciado poderá atuar em regime de sobreaviso, conforme previamente escalado, nos termos da Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.834/2008, devendo permanecer em condição de prontidão, disponível para atendimento quando acionado, fora da unidade de saúde, conforme previamente estabelecido em escala, não podendo estar em atividades que impeçam o deslocamento imediato, tais como a realização de procedimentos em outro local, cumprimento de plantão simultâneo em outra unidade ou permanência fora do município.

11.19. O profissional credenciado, quando escalado como médico de sobreaviso, poderá, a depender da necessidade verificada no caso concreto e mediante avaliação da direção da unidade, ser designado para prestar assistência aos pacientes internados. Tal designação deverá estar devidamente justificada pela complexidade clínica, gravidade do quadro ou outra demanda assistencial específica, e terá por finalidade, em conjunto com os demais médicos da equipe, discutir a situação clínica dos pacientes e definir a melhor conduta assistencial.

11.19.1. O acionamento deverá ser obrigatoriamente registrado pelo profissional que o realizou, com a devida justificativa, no livro de ponto disponível na unidade, constando a data e a hora do acionamento. O médico acionado deverá, igualmente, registrar a data e a hora de sua entrada na unidade.

11.20. Em caso de urgência e/ou emergência que enseje o acionamento do médico de sobreaviso, o médico solicitante deverá permanecer como responsável pelo atendimento do paciente até a chegada do médico de sobreaviso, momento em que ambos definirão, de comum acordo, a responsabilidade pela continuidade da assistência médica, devendo tal decisão ser devidamente registrada em prontuário.



11.21. Preferencialmente, uma vez acionado, o médico de sobreaviso deverá permanecer em atendimento até o término do plantão em curso, fazendo jus ao recebimento de 1/3 (um terço) do valor do plantão, acrescido da remuneração proporcional às horas efetivamente trabalhadas. Excetua-se dessa permanência obrigatória a assistência prestada às 07:00 (sete horas) da manhã, quando o médico poderá se ausentar após a conclusão do atendimento. Entretanto, caso durante essa assistência surja situação de urgência ou emergência, o médico deverá permanecer obrigatoriamente na unidade até a resolução do caso ou até o encerramento do plantão em curso. Em nenhuma hipótese poderá se ausentar da unidade sem o consentimento da direção da instituição.

11.22. O tempo de deslocamento do médico em regime de sobreaviso até a unidade de saúde deverá ser de, no máximo, 30 (trinta) minutos após o acionamento, levando em consideração a segurança do paciente e da urgência do caso clínico.

11.23. O médico de sobreaviso, ao assumir o atendimento, estará sujeito às mesmas obrigações éticas, técnicas e administrativas aplicáveis ao médico plantonista presencial, incluindo o correto registro dos atos praticados no prontuário do paciente, podendo responder ética, civil e penalmente nos casos de não comparecimento ou demora injustificada que resulte em dano ao paciente.

## **12. OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE**

12.1. Prestar informações claras e necessárias às empresas credenciadas.

12.2. Supervisionar, fiscalizar e autorizar os procedimentos a serem executados.

12.3. Efetuar o pagamento mensal dos credenciados após apresentação da nota fiscal e relatório de atendimentos.

12.4. Atestar, nas notas fiscais, a efetiva entrega do objeto contratado.

12.5. Manifestar-se formalmente sobre a execução do contrato, incluindo aplicação de sanções.

12.6. Disponibilizar estrutura, materiais e equipamentos necessários;

## **13. OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA**

13.1. Atender às solicitações da Secretaria Municipal de Saúde.

13.2. Arcar com despesas de transporte, hospedagem e alimentação, sem custos para o Município.

13.3. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas, incluindo obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

13.4. Submeter-se à fiscalização dos serviços pelo Município.

13.5. Apresentar, sempre que solicitado, comprovação do cumprimento das obrigações legais.

13.6. Corrigir imediatamente eventuais falhas apontadas pela Secretaria de Saúde.

13.7. Garantir atendimento de qualidade, com respeito e igualdade aos pacientes.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



- 13.8. Garantir a confidencialidade dos dados dos pacientes.
- 13.9. Assumir responsabilidade por danos causados aos pacientes ou terceiros.
- 13.10. Executar os serviços conforme normas técnicas vigentes.
- 13.11. Permitir acesso de supervisores para acompanhamento dos serviços.
- 13.12. Reconhecer que a fiscalização do Município não isenta a credenciada de suas responsabilidades.
- 13.13. Indenizar danos causados ao Município, pacientes ou terceiros por falhas na execução dos serviços.
- 13.14. Responder integralmente por encargos trabalhistas e previdenciários, sem qualquer ônus ao Município.
- 13.15. Fornecer relatórios detalhados de atendimentos e procedimentos realizados, quando solicitado.

#### **14. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

- 14.1. O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias após a liquidação da nota fiscal, devidamente atestada por servidor responsável designado pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 14.2. A nota fiscal/fatura deve ser emitida em nome da "PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA", incluindo o CNPJ nº 18.449.140/0001-07, sem rasuras.
- 14.3. Caso haja irregularidade na emissão da nota fiscal/fatura, esta será devolvida para regularização. O prazo de pagamento será reiniciado a partir da data da reapresentação do documento corrigido.
- 14.4. O recebimento provisório ou definitivo não exime a credenciada da responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem da responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 14.5. Após o recebimento da nota fiscal pela unidade responsável, haverá um prazo de até 5 (cinco) dias para liquidação, podendo ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, caso sejam necessárias diligências para conferência das exigências contratuais.
- 14.6. No momento do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação vigente, conforme a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
- 14.7. A credenciada que for optante pelo Simples Nacional, nos termos do artigo 12 da Lei Complementar nº 123/2006, estará isenta da retenção de impostos e contribuições abrangidos pelo regime. Para isso, deverá apresentar, a cada pagamento, a declaração prevista no artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.
- 14.8. No dia 20 de cada mês, as empresas credenciadas deverão apresentar relatório detalhado da execução dos serviços prestados, contendo todas as atividades realizadas no período.
- 14.9. Em caso de glosas ou incorreções nos valores faturados, o credenciado deverá solicitar ao Município a devida retificação antes da emissão da nova fatura.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



14.10. O pagamento será realizado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente da credenciada na agência e instituição bancária indicada ou por outro meio previsto na legislação vigente.

### **15. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO**

15.1. A gestão do credenciamento será de competência do Senhor Hélio Fernandes dos Santos – Diretor Departamento da Unidade Mista de Saúde.

15.2. A fiscalização do credenciamento ficará a cargo do Senhor Marcelo Barboza Correa - Farmacêutico.

15.3. A obrigação decorrente deste credenciamento deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 15.143/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 15.143/21, art. 114, *caput*).

15.4. A execução das obrigações decorrentes deste credenciamento deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do credenciamento, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 15.143/21, art. 117, *caput*), que:

15.4.1. Anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução das obrigações decorrentes desta licitação, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 15.143/21, art. 117, § 1.º).

15.4.2. Informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 15.143/21, art. 117, § 2.º).

### **16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

16.1. A Lei Municipal nº 2074, de 14 de dezembro de 2024, que dispõe sobre o Orçamento Municipal de 2026, apresenta os seguintes recursos orçamentários para garantir a contratação demandada, como segue:

Órgão: 02 - EXECUTIVO.

Unidade Orçamentária: 07 - SEC. MUN. DE SAÚDE/FMS

Função: 10 – SAÚDE

Subfunção: 302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

Programa: 0061 – ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Projeto/Atividade: 2.078 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Subelemento: 3.3.90.39.34.00 – OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS COM TERC.

Recurso: Fonte 1500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS

### **17. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES DO EDITAL**

17.1. A qualquer momento, após a publicação do Edital de Credenciamento, qualquer pessoa física ou jurídica, poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório, mediante petição dirigida ao Secretário Municipal de SAÚDE/FMS, no endereço eletrônico [licita2@fronteira.mg.gov.br](mailto:licita2@fronteira.mg.gov.br).





## PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



17.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

17.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será devidamente retificado o edital, dando ciência à todos os interessados.

17.4. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal de Fronteira/MG: [www.frenteira.mg.gov.br](http://www.frenteira.mg.gov.br).

### **18. DOS RECURSOS:**

18.1. A interessada tem o prazo de 03 (três) dias úteis, para apresentar recurso, a partir da data do recebimento da comunicação do indeferimento do credenciamento.

18.2. O recurso deverá ser encaminhado no endereço eletrônico [licita2@frenteira.mg.gov.br](mailto:licita2@frenteira.mg.gov.br).

### **19. GARANTIA DE EXECUÇÃO:**

19.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

### **20. REAJUSTAMENTO:**

20.1. Havendo renovação do Credenciamento, os valores pactuados serão reajustados de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

**21. INFRAÇÕES** - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

21.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato.

21.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

21.3. Dar causa à inexecução total do contrato.

21.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

21.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

21.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

21.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

21.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

21.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

21.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

21.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2003.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



**22. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** – Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

22.1. Advertência;

22.2. Multa;

22.3. Impedimento de licitar e contratar e;

22.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

22.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

22.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

22.5.2. As peculiaridades do caso concreto.

22.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

22.5.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

22.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

22.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 21% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial;

22.6.1. Para as infrações previstas nos itens 21.1 à 21.6 deste Edital, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado;

22.6.2. Para as infrações previstas nos itens 21.7 a 21.11 deste Edital, a multa será de 15% à 21% do valor do contrato licitado.

22.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

22.8. A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato, DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ou instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas neste edital.

22.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

22.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 21.1 à 21.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta deste ente federativo pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



22.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática de infrações dispostas nos itens 21.7 à 21.11 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 21.1 à 21.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

22.12. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

22.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão, recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 21 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

22.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 21 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento;

22.14.1. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

22.15. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

### **23. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

23.1. A divulgação, pela Prefeitura deste Edital, do tipo de prestação de serviços e remuneração, não caracteriza expectativa de faturamento por parte das empresas, não cabendo à Prefeitura ressarcimento de eventuais prejuízos pelo não credenciamento de interessadas que não atenderam as condições estabelecidas neste Edital.

23.2. A Prefeitura poderá, a qualquer momento, reavaliar o credenciamento deferido, sendo-lhe facultado, suspendê-lo, sempre que ocorrer motivo que o justifique.

23.3. No interesse da Prefeitura o quantitativo inicial do credenciamento poderá ser acrescido ou suprimido.

23.4. A interessada é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase deste processo. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará no imediato descredenciamento, sem prejuízo das demais sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

23.5. É facultado ao Agente de Contratação, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase do processo, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo e a aferição dos serviços, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

23.6. As interessadas intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Agente de Contratação sob pena de indeferimento/descredenciamento da interessada/credenciada.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



23.7. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Agente de Contratação, com auxílio da Secretária Municipal de SAÚDE/FMS

23.8. A Credenciada fica obrigada a manter as mesmas condições de cadastro quando da celebração do termo de credenciamento.

23.9. Fica eleito o foro da comarca de Frutal/MG, renunciando-se, desde já, a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para solucionar questões oriundas desta licitação.

**ANEXOS:**

**ANEXO I** - Termo de Referência;

**ANEXO II** - Minuta da declaração de inexistência de empregado menor;

**ANEXO III** - Minuta do requerimento de credenciamento.

**ANEXO IV** - Minuta Da Declaração Reserva De Cargos PCD

**ANEXO V** - Minuta Da Declaração Proposta Econômica Integra Custos Para Atendimento De Direitos Trabalhistas.

**ANEXO VI** - Minuta do Termo de Adesão ao Credenciamento.

Fronteira/MG., 26 de fevereiro de 2026.

DANIEL FONSECA FERREIRA  
Gestor Municipal de Saúde/FMS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**(art. 6º, XXIII da Lei nº 14.133)**

**PROCESSO Nº: 0033361**

**CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 005/2026**

**DADOS DO SOLICITANTE:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**LOCALIZAÇÃO:** End. Av. BRASIL nº. 220 – VILA DE FURNAS – FRONTEIRA – MG.

**1 DEFINIÇÃO DO OBJETO:** CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, POR MEIO DE PLANTÕES EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E/OU PLANTÕES MÉDICOS A DISTÂNCIA (SOBREAVISO), A SEREM REALIZADOS NA UNIDADE MISTA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, DE FORMA COMPLEMENTAR À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DO SUS.

**1.1 NATUREZA DO OBJETO:** A natureza do objeto a ser contratado nos termos do inciso XIII, do art. 6.º, da Lei 14.133 de 2021, não se enquadra como sendo serviço de luxo.

**1.2 QUANTITATIVO E DESCRITIVO:**

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
01	PLANTÃO MEDICO A DISTANCIA - SOBREAVISO	1.600
02	PLANTÃO MÉDICO	800

**1.3 PRAZO DO CONTRATO:** O Prazo de vigência será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura do referido credenciamento conforme artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

**2 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “b” da Lei nº 14.133/2021):**

A contratação de serviços médicos para plantões na Unidade Mista de Saúde é indispensável para garantir assistência contínua em urgência e emergência, bem como o transporte de pacientes a hospitais de referência quando necessário. Essa medida assegura o acesso universal à saúde, conforme o artigo 196 da Constituição Federal e a Lei nº 8.080/1990, garantindo atendimento integral à população.

Além disso, busca aprimorar a assistência médica municipal, reduzindo o tempo de espera e promovendo a eficiência dos serviços, em conformidade com os princípios de economicidade e eficiência da Lei nº 14.133/2021.

O município dispõe de apenas 12 vagas para médicos plantonistas, com carga horária semanal de 24 horas cada, insuficientes para atender à demanda da Unidade Mista de Saúde. Assim, a contratação de serviços médicos é essencial para evitar a descontinuidade do atendimento e garantir a resolutividade da assistência.

A contratação segue ainda as diretrizes da Lei Federal nº 14.133/2021, que exige justificativa para a contratação de serviços essenciais, assegurando eficiência, economicidade e continuidade no atendimento à saúde pública.

**3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (art. 6º, XXIII, “c” e art. 40, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021):**

A melhor solução encontrada é o credenciamento de pessoa jurídica para a prestação de serviços médicos nos plantões de urgência e emergência a serem realizados na Unidade Mista de Saúde,



## PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



de forma complementar à rede municipal de saúde, garantindo atendimento adequado e contínuo aos usuários do SUS.

### **4. REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO** (art. 6º, inciso XXIII, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021)

- 4.1 O contratado deverá atuar em ramo de atividade compatível com o objeto da contratação;
- 4.2 Não poderá possuir sanções administrativas ou legais que impeçam a contratação com a Administração Pública;
- 4.3 Deverá estar regular perante as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal;
- 4.4 Deverá comprovar regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e à Justiça do Trabalho;
- 4.5 Deverá possuir registro ativo e regular no Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais – CRM/MG;

### **5 EXECUÇÃO DO OBJETO** (art. 6º, XXIII, “e”, da Lei nº 14.133/2021):

Os plantões serão realizados na Unidade Mista de Saúde de Fronteira/MG, com duração de 12 horas. O médico deverá permanecer na unidade durante todo o período, exceto no intervalo de uma hora para refeições, conforme escala estabelecida.

5.1 A troca de plantão ocorrerá às 07h e 19h, devendo ser feita entre médicos para garantir a continuidade do atendimento e a transmissão das informações dos pacientes. Trocas fora da escala são responsabilidade do plantonista titular.

5.2 Faltas devem ser comunicadas ao gestor do contrato com, no mínimo, 24 horas de antecedência.

5.3 Toda transferência de paciente deverá ser solicitada e registrada conforme protocolos específicos, e as vagas sus mediante via SusFácil;

5.4 O atendimento seguirá a escala definida pelo Diretor Clínico, conforme credenciamento e demanda da unidade. Caso haja mais médicos credenciados do que o necessário, o gestor do contrato organizará a escala.

5.5 A escala mensal será elaborada previamente pelo Diretor Clínico, assinada pelos plantonistas, sendo de sua inteira responsabilidade o cumprimento dos plantões assumidos.

5.6 O contratado deverá atender todos os usuários do SUS com dignidade, respeito e igualdade, garantindo a confidencialidade dos dados e assumindo responsabilidade por eventuais danos causados.

5.7 É proibida a utilização de pacientes para fins experimentais.

5.8 O credenciado não poderá cobrar do paciente ou acompanhante qualquer valor adicional pelos serviços prestados.

5.9 O contratado prestará atendimento de urgência e emergência a pacientes adultos e pediátricos, priorizando aqueles identificados pela triagem da equipe de enfermagem, de acordo com a Classificação de Manchester.

5.10 O contratado realizará consultas, exames clínicos, interpretação de resultados, diagnósticos e prescrições, aplicando recursos da medicina preventiva e curativa para promoção da saúde.

5.11 Quando necessário, encaminhará pacientes de risco para unidades de maior complexidade, mantendo contato com a Central de Regulação Médica - SUS Fácil.

5.12 O contratado garantirá a continuidade da assistência médica até a recepção do paciente por outro profissional, inclusive no transporte intermunicipal ou regional.

5.13 Deverá manter registros adequados de todos os atendimentos, preenchendo fichas, prontuários e demais documentos exigidos.

5.14 O contratado deverá zelar pela organização e conservação de materiais, equipamentos e locais de trabalho, além de apoiar atendimentos em eventos externos de grande porte.

5.15 Participará das reuniões técnico-científicas quando convocado e obedecerá ao Código de Ética Médica.

5.16 Executará outras atividades correlatas à sua área de atuação, conforme necessidade da unidade.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



5.17 O médico credenciado poderá atuar em regime de sobreaviso, conforme previamente escalado, nos termos da Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.834/2008, devendo permanecer em condição de prontidão, disponível para atendimento quando acionado, fora da unidade de saúde, conforme previamente estabelecido em escala, não podendo estar em atividades que impeçam o deslocamento imediato, tais como a realização de procedimentos em outro local, cumprimento de plantão simultâneo em outra unidade ou permanência fora do município.

5.17.1 O profissional credenciado, quando escalado como médico de sobreaviso, poderá, a depender da necessidade verificada no caso concreto e mediante avaliação da direção da unidade, ser designado para prestar assistência aos pacientes internados. Tal designação deverá estar devidamente justificada pela complexidade clínica, gravidade do quadro ou outra demanda assistencial específica, e terá por finalidade, em conjunto com os demais médicos da equipe, discutir a situação clínica dos pacientes e definir a melhor conduta assistencial.

**Parágrafo único.** O acionamento deverá ser obrigatoriamente registrado pelo profissional que o realizou, com a devida justificativa, no livro de ponto disponível na unidade, constando a data e a hora do acionamento. O médico acionado deverá, igualmente, registrar a data e a hora de sua entrada na unidade.

5.19 Em caso de urgência e/ou emergência que enseje o acionamento do médico de sobreaviso, o médico solicitante deverá permanecer como responsável pelo atendimento do paciente até a chegada do médico de sobreaviso, momento em que ambos definirão, de comum acordo, a responsabilidade pela continuidade da assistência médica, devendo tal decisão ser devidamente registrada em prontuário.

5.20 Preferencialmente, uma vez acionado, o médico de sobreaviso deverá permanecer em atendimento até o término do plantão em curso, fazendo jus ao recebimento de 1/3 (um terço) do valor do plantão, acrescido da remuneração proporcional às horas efetivamente trabalhadas. Excetua-se dessa permanência obrigatória a assistência prestada às 07:00 (sete horas) da manhã, quando o médico poderá se ausentar após a conclusão do atendimento. Entretanto, caso durante essa assistência surja situação de urgência ou emergência, o médico deverá permanecer obrigatoriamente na unidade até a resolução do caso ou até o encerramento do plantão em curso. Em nenhuma hipótese poderá se ausentar da unidade sem o consentimento da direção da instituição.

5.21 O tempo de deslocamento do médico em regime de sobreaviso até a unidade de saúde deverá ser de, no máximo, 30 (trinta) minutos após o acionamento, levando em consideração a segurança do paciente e da urgência do caso clínico.

5.22 O médico de sobreaviso, ao assumir o atendimento, estará sujeito às mesmas obrigações éticas, técnicas e administrativas aplicáveis ao médico plantonista presencial, incluindo o correto registro dos atos praticados no prontuário do paciente, podendo responder ética, civil e penalmente nos casos de não comparecimento ou demora injustificada que resulte em dano ao paciente.

### **5.2.1 DAS OBRIGAÇÕES**

#### **5.2.1.1 DO MUNICÍPIO**

5.2.1.1.1 Prestar informações claras e necessárias às empresas credenciadas.

5.2.1.1.2 Supervisionar, fiscalizar e autorizar os procedimentos a serem executados;

5.2.1.1.3 Efetuar o pagamento mensal dos credenciados após apresentação da nota fiscal e relatório de atendimentos;

5.2.1.1.4 Atestar, nas notas fiscais, a efetiva entrega do objeto contratado;

5.2.1.1.5 Manifestar-se formalmente sobre a execução do contrato, incluindo aplicação de sanções;

5.2.1.1.6 Disponibilizar estrutura, materiais e equipamentos necessários;

#### **5.2.1.2 DO CREDENCIADO**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



- 5.2.1.2.1 Atender às solicitações da Secretaria Municipal de Saúde;
- 5.2.1.2.2 Arcar com despesas de transporte, hospedagem e alimentação, sem custos para o Município;
- 5.2.1.2.3 Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas, incluindo obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
- 5.2.1.2.4 Submeter-se à fiscalização dos serviços pelo Município;
- 5.2.1.2.5 Apresentar, sempre que solicitado, comprovação do cumprimento das obrigações legais;
- 5.2.1.2.6 Corrigir imediatamente eventuais falhas apontadas pela Secretaria de Saúde;
- 5.2.1.2.7 Garantir atendimento de qualidade, com respeito e igualdade aos pacientes;
- 5.2.1.2.8 Garantir a confidencialidade dos dados dos pacientes;
- 5.2.1.2.9 Assumir responsabilidade por danos causados aos pacientes ou terceiros;
- 5.2.1.2.10 Executar os serviços conforme normas técnicas vigentes;
- 5.2.1.2.11 Permitir acesso de supervisores para acompanhamento dos serviços;
- 5.2.1.2.12 Reconhecer que a fiscalização do Município não isenta a credenciada de suas responsabilidades;
- 5.2.1.2.13 Indenizar danos causados ao Município, pacientes ou terceiros por falhas na execução dos serviços;
- 5.2.1.2.14 Responder integralmente por encargos trabalhistas e previdenciários, sem qualquer ônus ao Município;
- 5.2.1.2.16 Fornecer relatórios detalhados de atendimentos e procedimentos realizados, quando solicitado;

### **6 GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, “f”, da Lei nº 14.133/2021)**

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato ou pelo respectivo substituto (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.2 O fiscal do contrato anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes, a situação que demanda decisão ou providências que ultrapassem sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.4 O credenciado será obrigado a reparar, corrigir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.5 O credenciado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e essa responsabilidade não será excluída nem reduzida pela fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.6 Somente o credenciado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.7 A inadimplência do contrato em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.8 A fiscalização do credenciamento será de competência do senhor Marcelo Barboza Corrêa – Farmacêutico.

6.9 A gestão do credenciamento ficará a cargo do senhor Hélio Fernandes dos Santos – Diretor Departamento da Unidade Mista de Saúde.

### **7 CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, “g”, da Lei nº 14.133/2021):**



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias após a liquidação da nota fiscal, devidamente atestada por servidor responsável designado pela Secretaria Municipal de Saúde.

7.1 A nota fiscal/fatura deve ser emitida em nome da "PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA", incluindo o CNPJ nº 18.449.140/0001-07, sem rasuras.

7.2 Caso haja irregularidade na emissão da nota fiscal/fatura, esta será devolvida para regularização. O prazo de pagamento será reiniciado a partir da data da reapresentação do documento corrigido.

7.3 O recebimento provisório ou definitivo não exime a credenciada da responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem da responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.4 Após o recebimento da nota fiscal pela unidade responsável, haverá um prazo de até 5 (cinco) dias para liquidação, podendo ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, caso sejam necessárias diligências para conferência das exigências contratuais.

7.5 No momento do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação vigente, conforme a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

7.6 A credenciada que for optante pelo Simples Nacional, nos termos do artigo 12 da Lei Complementar nº 123/2006, estará isenta da retenção de impostos e contribuições abrangidos pelo regime. Para isso, deverá apresentar, a cada pagamento, a declaração prevista no artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.

7.7 No dia 20 de cada mês, as empresas credenciadas deverão apresentar relatório detalhado da execução dos serviços prestados, contendo todas as atividades realizadas no período.

7.8 Em caso de glosas ou incorreções nos valores faturados, o credenciado deverá solicitar ao Município a devida retificação antes da emissão da nova fatura.

7.9 O pagamento será realizado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente da credenciada na agência e instituição bancária indicada ou por outro meio previsto na legislação vigente.

### **8 FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, “h”, da Lei nº 14.133/2021):**

A contratação dos serviços médicos será realizada por meio de credenciamento, assegurando condições igualitárias a todos os interessados. O preço a ser pago será único para todos os prestadores credenciados, mantendo a padronização e a equidade na execução dos serviços.

8.1 O agendamento dos atendimentos será distribuído entre as empresas credenciadas, considerando a ordem cronológica de credenciamento para definir a sequência inicial de convocação.

8.2 Após o início da prestação dos serviços, será adotado um sistema de rodízio entre as empresas credenciadas, respeitando-se a ordem definida no item anterior.

8.3 Caso a empresa convocada para prestar o serviço recuse a solicitação, por qualquer motivo, será acionada a próxima credenciada na ordem estabelecida.

8.4 Se todas as credenciadas recusarem a prestação do serviço, o rodízio será reiniciado, convocando-as novamente na sequência definida.

8.5 Após a conclusão do rodízio, será iniciado um novo ciclo, retomando-se a convocação a partir da primeira empresa credenciada.

### **8.6 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

8.6.1 Registro ativo no Conselho Regional de Medicina

8.6.2 Comprovação de especialização em Emergência e/ou Terapia Intensiva ou, alternativamente, comprovação de conclusão dos cursos Advanced Trauma Life Support (ATLS), Advanced Cardiovascular Life Support (ACLS) ou de qualquer outra especialização.

### **9 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “i”, da Lei nº 14.133/2021):**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



O valor estimativo deste credenciamento é de **R\$ 2.185.599,20 (dois milhões cento e oitenta e cinco mil quinhentos e noventa e nove reais e vinte centavos)**.  
Conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD ESTIMADA	VR. UNITARIO	V. TOTAL
01	PLANTAO MEDICO A DISTANCIA - SOBREAVISO	1.600	546,33	R\$ 874.132,80
02	PLANTÃO MÉDICO	800	1.639,33	R\$ 1.311.466,40

**10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA (art. 6º, XXIII, “j”, da Lei nº 14.133/2021):**

Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA.

Unidade Orçamentária: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: SAÚDE

Subfunção: 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 61 Assistência de Média e Alta Complexidade

Projeto/Atividade: 2.078 Manutenção das Atividades de Média e Alta Complexidade

Elemento de Despesa: 3.1.90.04.0000 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO

Valor Disponível: **R\$ 2.185.599,20 (dois milhões cento e oitenta e cinco mil quinhentos e noventa e nove reais e vinte centavos)**.

Fronteira – MG, 26 de fevereiro 2026

**DANIEL FONSECA FERREIRA**  
**GESTOR MUNICIPAL DE SAÚDE**



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



ANEXO II

MINUTA DA DECLARAÇÃO

(Inciso XXXIII do art. 7º da CF)

PROCESSO Nº: 0033361

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 005/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, POR MEIO DE PLANTÕES EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E/OU PLANTÕES MÉDICOS A DISTÂNCIA (SOBREAVISO), A SEREM REALIZADOS NA UNIDADE MISTA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, DE FORMA COMPLEMENTAR À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DO SUS.

A empresa \_\_\_\_\_, endereço completo, inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxx], **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menor de 18 (dezoito) anos ou em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 20XX.

Representante Legal: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Declarante e o Carimbo do CNPJ da Licitante



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



### ANEXO III

#### MINUTA DO REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO

PROCESSO Nº: 0033361

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 005/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, POR MEIO DE PLANTÕES EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E/OU PLANTÕES MÉDICOS A DISTÂNCIA (SOBREAVISO), A SEREM REALIZADOS NA UNIDADE MISTA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, DE FORMA COMPLEMENTAR À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DO SUS.

**(OBSERVAÇÃO: PREENCHER EM DUAS VIAS SENDO UMA PARA PROTOCOLO)**

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrita no CNPJ nº ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., inscrito no CPF sob o nº ..... requer seu credenciamento para prestação de serviços médicos, conforme tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD ESTIMADA	VR. UNITARIO	V. TOTAL
01	PLANTAO MEDICO A DISTANCIA - SOBREAVISO	1.600	546,33	R\$ 874.132,80
02	PLANTÃO MÉDICO	800	1.639,33	R\$ 1.311.466,40

Declaramos que ao Aderir ao Credenciamento Eletrônico nº 005/2026, executaremos os serviços de acordo com nas normas do Termo de Referência.

Informamos desde já ser titular da conta corrente/poupança nº....., agência nº .....(nome da agência), Banco nº ..... (nome do Banco), declarando inteiro conhecimento do ato convocatório e apresentação de toda a documentação solicitada.

.....

(data)

.....

(representante legal)





PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



#### ANEXO IV

#### MINUTA DA DECLARAÇÃO RESERVA DE CARGOS PCD

PROCESSO Nº: 0033361

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 005/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, POR MEIO DE PLANTÕES EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E/OU PLANTÕES MÉDICOS A DISTÂNCIA (SOBREAVISO), A SEREM REALIZADOS NA UNIDADE MISTA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, DE FORMA COMPLEMENTAR À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DO SUS.

A empresa \_\_\_\_\_, endereço completo, inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxx], **DECLARA** para os devidos fins licitatórios que cumpre as exigências de reserva de cargos para Pessoa com Deficiência – PcD, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, em atenção ao art. 92, inciso XVII da Lei nº 14.133/2021.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante da empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



**ANEXO V**

**MINUTA DA DECLARAÇÃO PROPOSTA ECONÔMICA INTEGRA CUSTOS PARA  
ATENDIMENTO DE DIREITOS TRABALHISTAS.**

PROCESSO Nº: 0033361

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 005/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, POR MEIO DE PLANTÕES EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E/OU PLANTÕES MÉDICOS A DISTÂNCIA (SOBREAVISO), A SEREM REALIZADOS NA UNIDADE MISTA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, DE FORMA COMPLEMENTAR À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DO SUS.

A empresa \_\_\_\_\_, endereço completo, inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxx], **DECLARA** para todos fins que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Assinatura



## PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



### ANEXO VI MODELO DE TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO

#### **1. CREDENCIANTE**

1.1. **O MUNICÍPIO DE FRONTEIRA/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Minas Gérias, nº 141, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, sob o nº 18.449.140/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **SÉRGIO PAULO CAMPOS**, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado CREDENCIANTE.

#### **2. CREDENCIADA**

2.1. A EMPRESA \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade/UF \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o número \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, doravante denominada CREDENCIADA.

#### **3. OBJETO**

3.1. CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, POR MEIO DE PLANTÕES EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E/OU PLANTÕES MÉDICOS A DISTÂNCIA (SOBREAVISO), A SEREM REALIZADOS NA UNIDADE MISTA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, DE FORMA COMPLEMENTAR À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DO SUS, conforme condições estabelecidas no Edital de Credenciamento e seus anexos.

3.2. A Adesão ao Credenciamento Eletrônico nº 005/2026, compreende a possibilidade de executar os serviços nos valores abaixo relacionados:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD ESTIMADA	VR. UNITARIO	V. TOTAL
01	PLANTAO MEDICO A DISTANCIA - SOBREAVISO	1.600	546,33	R\$ 874.132,80
02	PLANTÃO MÉDICO	800	1.639,33	R\$ 1.311.466,40

#### **4. VIGÊNCIA**

4.2. A vigência desta adesão ao Credenciamento Eletrônico nº 005/2026, será a partir de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202\_\_ até o dia 01 DE MARÇO DE 2027.

#### **5. CONDIÇÕES**

5.1. Aplicam-se a este Termo de Adesão as disposições contidas no Edital de Credenciamento e seus Anexos, ao qual a credenciada expressa sua total concordância com a forma de prestação dos serviços e pagamentos.

#### **6. DESCREDENCIAMENTO**

6.1. O CREDENCIANTE, poderá realizar o descredenciamento quando houver:

I - pedido formalizado pela CREDENCIADA;

II - perda das condições de habilitação da CREDENCIADA;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



III - descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

IV - sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

6.2. O pedido de descredenciamento de que trata o inciso I não desincumbirá a CREDENCIADA do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

6.2.1. Na hipótese prevista no inciso I, o descredenciamento ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento do pedido, mantendo-se, durante este prazo, a condição de CREDENCIADA e as obrigações decorrentes, nos termos deste Edital.

6.3. Nas hipóteses previstas nos incisos II e III, além do descredenciamento, DEVERÁ ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

6.4. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

6.5. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

## **7. EXECUÇÃO DO OBJETO:**

7.1. Os plantões serão realizados na Unidade Mista de Saúde de Fronteira/MG, com duração de 12 horas. O médico deverá permanecer na unidade durante todo o período, exceto no intervalo de uma hora para refeições, conforme escala estabelecida.

7.2. A troca de plantão ocorrerá às 07h e 19h, devendo ser feita entre médicos para garantir a continuidade do atendimento e a transmissão das informações dos pacientes. Trocas fora da escala são responsabilidade do plantonista titular.

7.3. Faltas devem ser comunicadas ao gestor do contrato com, no mínimo, 24 horas de antecedência.

7.4. Toda transferência de paciente deverá ser solicitada e registrada conforme protocolos específicos, e as vagas sus mediante via SusFácil.

7.5. O atendimento seguirá a escala definida pelo Diretor Clínico, conforme credenciamento e demanda da unidade. Caso haja mais médicos credenciados do que o necessário, o gestor do contrato organizará a escala.

7.6. A escala mensal será elaborada previamente pelo Diretor Clínico, assinada pelos plantonistas, sendo de sua inteira responsabilidade o cumprimento dos plantões assumidos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



7.7. O contratado deverá atender todos os usuários do SUS com dignidade, respeito e igualdade, garantindo a confidencialidade dos dados e assumindo responsabilidade por eventuais danos causados.

7.8. É proibida a utilização de pacientes para fins experimentais.

7.9. O credenciado não poderá cobrar do paciente ou acompanhante qualquer valor adicional pelos serviços prestados.

7.10. O contratado prestará atendimento de urgência e emergência a pacientes adultos e pediátricos, priorizando aqueles identificados pela triagem da equipe de enfermagem, de acordo com a Classificação de Manchester.

7.7. O contratado realizará consultas, exames clínicos, interpretação de resultados, diagnósticos e prescrições, aplicando recursos da medicina preventiva e curativa para promoção da saúde.

7.12. Quando necessário, encaminhará pacientes de risco para unidades de maior complexidade, mantendo contato com a Central de Regulação Médica - SUS Fácil.

7.13. O contratado garantirá a continuidade da assistência médica até a recepção do paciente por outro profissional, inclusive no transporte intermunicipal ou regional.

7.14. Deverá manter registros adequados de todos os atendimentos, preenchendo fichas, prontuários e demais documentos exigidos.

7.15. O contratado deverá zelar pela organização e conservação de materiais, equipamentos e locais de trabalho, além de apoiar atendimentos em eventos externos de grande porte.

7.16. Participará das reuniões técnico-científicas quando convocado e obedecerá ao Código de Ética Médica.

7.17. Executará outras atividades correlatas à sua área de atuação, conforme necessidade da unidade.

7.18. O médico credenciado poderá atuar em regime de sobreaviso, conforme previamente escalado, nos termos da Resolução do Conselho Federal de Medicina nº 1.834/2008, devendo permanecer em condição de prontidão, disponível para atendimento quando acionado, fora da unidade de saúde, conforme previamente estabelecido em escala, não podendo estar em atividades que impeçam o deslocamento imediato, tais como a realização de procedimentos em outro local, cumprimento de plantão simultâneo em outra unidade ou permanência fora do município.

7.19. O profissional credenciado, quando escalado como médico de sobreaviso, poderá, a depender da necessidade verificada no caso concreto e mediante avaliação da direção da unidade, ser designado para prestar assistência aos pacientes internados. Tal designação deverá estar devidamente justificada pela complexidade clínica, gravidade do quadro ou outra demanda assistencial específica, e terá por finalidade, em conjunto com os demais médicos da equipe, discutir a situação clínica dos pacientes e definir a melhor conduta assistencial.

7.19.1. O acionamento deverá ser obrigatoriamente registrado pelo profissional que o realizou, com a devida justificativa, no livro de ponto disponível na unidade, constando a data e a hora do acionamento. O médico acionado deverá, igualmente, registrar a data e a hora de sua entrada na unidade.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



7.20. Em caso de urgência e/ou emergência que enseje o acionamento do médico de sobreaviso, o médico solicitante deverá permanecer como responsável pelo atendimento do paciente até a chegada do médico de sobreaviso, momento em que ambos definirão, de comum acordo, a responsabilidade pela continuidade da assistência médica, devendo tal decisão ser devidamente registrada em prontuário.

7.21. Preferencialmente, uma vez acionado, o médico de sobreaviso deverá permanecer em atendimento até o término do plantão em curso, fazendo jus ao recebimento de 1/3 (um terço) do valor do plantão, acrescido da remuneração proporcional às horas efetivamente trabalhadas. Excetua-se dessa permanência obrigatória a assistência prestada às 07:00 (sete horas) da manhã, quando o médico poderá se ausentar após a conclusão do atendimento. Entretanto, caso durante essa assistência surja situação de urgência ou emergência, o médico deverá permanecer obrigatoriamente na unidade até a resolução do caso ou até o encerramento do plantão em curso. Em nenhuma hipótese poderá se ausentar da unidade sem o consentimento da direção da instituição.

7.22. O tempo de deslocamento do médico em regime de sobreaviso até a unidade de saúde deverá ser de, no máximo, 30 (trinta) minutos após o acionamento, levando em consideração a segurança do paciente e da urgência do caso clínico.

7.23. O médico de sobreaviso, ao assumir o atendimento, estará sujeito às mesmas obrigações éticas, técnicas e administrativas aplicáveis ao médico plantonista presencial, incluindo o correto registro dos atos praticados no prontuário do paciente, podendo responder ética, civil e penalmente nos casos de não comparecimento ou demora injustificada que resulte em dano ao paciente.

### **8. OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE**

8.1. Prestar informações claras e necessárias às empresas credenciadas.

8.2. Supervisionar, fiscalizar e autorizar os procedimentos a serem executados.

8.3. Efetuar o pagamento mensal dos credenciados após apresentação da nota fiscal e relatório de atendimentos.

8.4. Atestar, nas notas fiscais, a efetiva entrega do objeto contratado.

8.5. Manifestar-se formalmente sobre a execução do contrato, incluindo aplicação de sanções.

8.6. Disponibilizar estrutura, materiais e equipamentos necessários;

### **9. OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA**

9.1. Atender às solicitações da Secretaria Municipal de Saúde.

9.2. Arcar com despesas de transporte, hospedagem e alimentação, sem custos para o Município.

9.3. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas, incluindo obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias.

9.4. Submeter-se à fiscalização dos serviços pelo Município.

9.5. Apresentar, sempre que solicitado, comprovação do cumprimento das obrigações legais.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



- 9.6. Corrigir imediatamente eventuais falhas apontadas pela Secretaria de Saúde.
- 9.7. Garantir atendimento de qualidade, com respeito e igualdade aos pacientes.
- 9.8. Garantir a confidencialidade dos dados dos pacientes.
- 9.9. Assumir responsabilidade por danos causados aos pacientes ou terceiros.
- 9.10. Executar os serviços conforme normas técnicas vigentes.
- 9.11. Permitir acesso de supervisores para acompanhamento dos serviços.
- 9.12. Reconhecer que a fiscalização do Município não isenta a credenciada de suas responsabilidades.
- 9.9. Indenizar danos causados ao Município, pacientes ou terceiros por falhas na execução dos serviços.
- 9.14. Responder integralmente por encargos trabalhistas e previdenciários, sem qualquer ônus ao Município.
- 9.15. Fornecer relatórios detalhados de atendimentos e procedimentos realizados, quando solicitado.

#### **10. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

- 10.1. O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias após a liquidação da nota fiscal, devidamente atestada por servidor responsável designado pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 10.2. A nota fiscal/fatura deve ser emitida em nome da "PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA", incluindo o CNPJ nº 18.449.140/0001-07, sem rasuras.
- 10.3. Caso haja irregularidade na emissão da nota fiscal/fatura, esta será devolvida para regularização. O prazo de pagamento será reiniciado a partir da data da reapresentação do documento corrigido.
- 10.4. O recebimento provisório ou definitivo não exime a credenciada da responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem da responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 10.5. Após o recebimento da nota fiscal pela unidade responsável, haverá um prazo de até 5 (cinco) dias para liquidação, podendo ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, caso sejam necessárias diligências para conferência das exigências contratuais.
- 10.6. No momento do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação vigente, conforme a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
- 10.7. A credenciada que for optante pelo Simples Nacional, nos termos do artigo 12 da Lei Complementar nº 123/2006, estará isenta da retenção de impostos e contribuições abrangidos pelo regime. Para isso, deverá apresentar, a cada pagamento, a declaração prevista no artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.
- 10.8. No dia 20 de cada mês, as empresas credenciadas deverão apresentar relatório detalhado da execução dos serviços prestados, contendo todas as atividades realizadas no período.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



10.9. Em caso de glosas ou incorreções nos valores faturados, o credenciado deverá solicitar ao Município a devida retificação antes da emissão da nova fatura.

10.10. O pagamento será realizado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente da credenciada na agência e instituição bancária indicada ou por outro meio previsto na legislação vigente.

## **11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO**

11.1. A gestão do credenciamento será de competência da Senhora Eliana Aparecida de Freitas - Assistente Social.

11.2. A fiscalização do credenciamento ficará a cargo da Senhora Ana Gabriela da Silva Gomes – Diretor do CRAS.

11.3. A obrigação decorrente deste credenciamento deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 11.143/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 11.143/21, art. 114, *caput*).

11.4. A execução das obrigações decorrentes deste credenciamento deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do credenciamento, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 11.143/21, art. 117, *caput*), que:

11.4.1. Anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução das obrigações decorrentes desta licitação, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 11.143/21, art. 117, § 1.º).

11.4.2. Informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 11.143/21, art. 117, § 2.º).

## **12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

12.1. A Lei Municipal nº 2074, de 14 de dezembro de 2024, que dispõe sobre o Orçamento Municipal de 2026, apresenta os seguintes recursos orçamentários para garantir a contratação demandada, como segue:

Órgão: 02 - EXECUTIVO.

Unidade Orçamentária: 07 - SEC. MUN. DE SAÚDE/FMS

Função: 10 – SAÚDE

Subfunção: 302 – ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

Programa: 0061 – ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Projeto/Atividade: 2.078 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Subelemento: 3.3.90.39.34.00 – OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS COM TERC.

Recurso: Fonte 1500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



### **13. DISPOSITIVO LEGAL**

13.1. O presente credenciamento está amparado no inciso IV, art. 74, combinado com o inc. I, art. 79, ambos da Lei 14.133, de 2021, Processo nº 0033361 – Credenciamento Eletrônico nº 005/2026.

Fronteira/MG; \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

MUNICIPIO DE FRONTEIRA/MG.  
Sergio Paulo Campos  
CREDENCIANTE

\_\_\_\_\_  
CREDENCIADA

HÉLIO FERNANDES DOS SANTOS  
Gestor do Credenciamento

MARCELO BARBOZA CORREA  
Fiscal do Credenciamento



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA**



**AVISO DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO  
AMPLA PARTICIPAÇÃO**

PROCESSO Nº: 0033361

CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 005/2026

O Município de Fronteira torna público que encontra-se aberto o CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, POR MEIO DE PLANTÕES EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E/OU PLANTÕES MÉDICOS A DISTÂNCIA (SOBREAVISO), A SEREM REALIZADOS NA UNIDADE MISTA DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, DE FORMA COMPLEMENTAR À REDE MUNICIPAL DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DO SUS, **a partir do dia 02 DE MARÇO DE 2026 até o dia 01 DE MARÇO DE 2027.**

Forma de envio do Requerimento e Documentação: Plataforma de licitações:  
<https://licitanet.com.br>

Cópias de Edital poderão ser adquiridas no site oficial do Município: [www.frenteira.mg.gov.br](http://www.frenteira.mg.gov.br).

Informações complementares serão obtidos junto ao Equipe de Apoio, no endereço Av. Minas Gerais nº 110, Centro. Telefone (34) 3199-9990 - Ramal - 1413.

Fronteira/MG, 27 de fevereiro de 2026.

DANIEL FONSECA FERREIRA  
Gestor Municipal de Saúde/FMS